Da Política dos Estados À Política Das Empresas

Milton Santos (1)

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA

Palestra proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo, dentro do curso de Formação Política - Ano II -

O tema não fui eu quem inventou, foi inventado por esta Casa. Aceitei o desafio; porém, vou falar sobre a questão que me foi sugerida,"GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA", vista a partir do território, do espaço geográfico. Ando dizendo ultimamente que, assim como Florestan Fernandes interpretou o Brasil a partir da sociedade, Celso Furtado o fez a partir da economia, e Darci Ribeiro, recentemente, em alguns de seus livros, decidiu interpretar o Brasil a partir do povo brasileiro, é possível o mundo e o Brasil a partir do espaço geográfico. É o que vou tentar fazer aqui, fixando-me nesse aspecto particular que me foi solicitado, globalização e política.

Inicialmente farei um regresso, mas muito em breve, ao começo da história humana, quando o homem, em sociedade, busca, relacionando-se com a natureza, construir a história. Nesse começo dos tempos, as relações existentes entre território, política, economia, cultura e linguagem eram relações transparentes, porque não havia intermediação. Nas pequenas aldeias, em qualquer que fosse o continente, nas sociedade que depois os antropólogos europeus orgulhosamente chamaram de primitivas, a relação entre setores da sociedade se dava diretamente. Não havia intermediação.

Nesse momento, conhecíamos algo que se poderia considerar como uma territorialidade absoluta, ou seja, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertenciam, o território. O território lhes pertenciam e eles pertenciam ao território, o que criava uma certa identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, dava em função da produção, uma noção particular de limite, e acarretava, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que produzia por conseqüência uma idéia de domínio, de poder. A produção do poder e da política do território era, também, a política da linguagem, tudo isso em conjunto indissociável. Criava-se, paralelamente, a idéia de comunidade. Essa comunidade aparecia em um contexto limitado, no espaço.

O século XVIII produziu ainda os enciclopedistas, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, que são respostas políticas às idéias filosóficas, que sempre precederam à produção das idéias políticas que sempre precederam à produção de novos regimes políticos. As idéias filosóficas sempre foram o grande motor da História. Se não houvesse esse caminhar conjunto dessas idéias e da técnica à serviço da produção - por conseguinte do capitalismo - teríamos tido uma eclosão muito maior do utilitarismo, da noção de lucro e da idéia de concorrência. Ao contrário, o que se deu foi a possibilidade de enriquecer o indivíduo a partir desses princípios morais, dessa idéia de futuro oferecida pelas filosofias, e esse fortalecimento do indivíduo se dava dentro da sociedade. Não poderia ser de outra forma. Por outro lado, a sociedade se fortalecia em função do fortalecimento dos indivíduos. A mesma ética - porque a filosofia política é uma ética ou busca ser uma ética glorificava o indivíduo responsável e glorificava a coletividade responsável. Ambos eram responsáveis. Indivíduo e coletividade criavam juntos um enriquecimento recíproco, num momento que iria apontar, de um lado, para a busca da democracia, que foi interrompida no fim da Segunda Guerra Mundial, e, ao mesmo tempo, para a produção da cidadania plena, que foi se enriquecendo ao longo desses séculos. Ela não é resultado de um movimento único, uma presença feita brutalmente num só momento. A cidadania plena acaba por ser o grande guardião contra o capital pleno. Certamente a cidadania nunca chegou a ser plena. Mas chegou a ser quase plena nesses 30 anos gloriosos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. E esta quase plenitude era paralela à quase plenitude da democracia.

Não queria antecipar minhas conclusões, mas vou dizer que o fim dos 30 anos de crescimento geral do mundo leva à morte do cidadão pleno e da democracia plena. Podemos agora nos referir ao fenômeno que aparece como paralelo a essa tendência, com uma redução da cidadania e uma diminuição da democracia, que é a globalização. A globalização é essa marca, esse momento de ruptura de um processo que vinha se fazendo, lentamente, nos quatro séculos precedentes, e que marca a morte de um sonho verdadeiro de globalização. A humanidade sempre sonhou com ela. O progresso técnico aparecia como uma condição para realizar essa sonhada globalização e, finalmente, quando esse progresso técnico alcança o nível superior, a globalização se realiza, não a serviço da humanidade, mas contra. Essa globalização às vezes é confundida com a idéia de internacionalização, mas- não são a mesma coisa.

Desde a noção de sistema-mundo, criada pelo historiador (que trabalhou no Brasil) Fernand Braudel, dizia-se que o sistema mundo se formava por pontes no planeta, com os países fazendo comércio entre eles, intercambiando. Reduzia-se o esforço necessário a cada um dos países, na realidade, a algumas cidades, porque a economia-mundo era feita a partir de certas cidades, aumentando-se a riqueza de seus habitantes. Isso, para Braudel, se dá mesmo antes da implantação do mercantilismo, que amplia os horizontes do capitalismo a partir de Portugal e Espanha, do capitalismo mercantíl-industrial e do capitalismo-industrial, do capitalismo grande-industrial e da evolução da mundialização. Então foram etapas para a globalização que iríamos conhecer no fim do século, mas etapas que se davam paralelamente à construção e ao aperfeiçoamento do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social. Novamente temos as idéias de filosofia política ligadas à uma ética que compreendia a necessidade da solidariedade, com o indivíduo vivendo e fazendo crescer a idéia de sociedade, a sociedade que se agigantava, pelo fato de obrigar o respeito ao indivíduo, do nascimento à morte, e essa é uma idéia que se concretiza no século XX, os Estados responsáveis pelas suas nações, até que, ao chegar o período propriamente tecnológico da história humana, esse sonho se desfaz. As sim, promessas da técnica deixaram de ser cumpridas. Se nos referimos ao sonho da globalização e à sua realidade, podemos pelo menos sugerir três maneiras de encarar a questão. A primeira maneira seria considerar a globalização como uma fábula, a segunda, como uma perversidade; e a terceira, como uma possibilidade. Uma possibilidade ainda não alcançada, mas possível de ser, com a produção de uma sociedade humana verdadeira. A globalização como fábula e como perversidade dançam paralelamente. O que temos hoje? A globalização aumenta o número de pobres. Oitocentos milhões de novos pobres depois dos anos 60. A globalização que cria uma fome generalizada, porque a fome era ocasional e hoje é permanente, globalizada, nos mundos rico e pobre. São todos mundos de fome. A globalização que acarreta o fenômeno dos sem-teto, que se tornaram uma praga no mundo inteiro. A globalização que restaura doenças que haviam desaparecido - no Brasil vemos a proliferação de enfermidades que a civilização havia eliminado - mas, sobretudo, a globalização que mata a noção de solidariedade, que devolve o homem à condição primitiva do cada um por si, como se voltássemos a ser animais da selva; a globalização que reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada, como já estamos cansados de ver.

Essa globalização tem de ser encarada a partir de dois processos paralelos para que possamos entendê-la. Aliás, todas as épocas históricas podem ou devem ser olhadas a partir desses dois processos. De um lado, a produção de uma materialidade, ou seja, as condições materiais que nos cercam em cada momento histórico e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro as relações, entre países, classes sociais e pessoas que não são obrigatoriamente dependentes das condições materiais, mas, junto com estas, definem as épocas. O que aconteceu a partir da metade do século XX?
Uma expansão extraordinária das técnicas, acopladas às ciências, e, mais tarde, o que se chamou de convergência das técnicas. Quer dizer, todas as técnicas são susceptíveis de funcionar conjuntamente. Esse milagre se dá a partir do momento em que se criam as técnicas da informação. São as técnicas da informação, essa terceira onda, na qual estamos vivendo, que vão permitir que todas as técnicas trabalhem juntas, formando sobre o planeta um tecido de técnicas que é, repito, a base da produção das coisas, da produção das relações e também da produção da política. O problema é que, no começo do desenvolvimento técnico, a técnica era autônoma em relação à ciência, e esta, autônoma em relação à técnica, de tal maneira que quem produzia as grandes inovações eram gerentes, proprietários, que não iam obrigatoriamente à escola, e a produção acadêmica não era forçosamente utilizada para fazer avançar a produção.
Depois se estabeleceu a relação entre a técnica e a ciência, o que vai redundar numa dependência da ciência em relação à técnica. A partir daí é que aparecem as críticas à ciência.
A partir daí se começa a dizer que a ciência não conduz à verdade. A partir daí começamos a ver a ciência trabalhando não em benefício da humanidade, mas, geralmente, em benefício de um pequeno número de homens e de empresas.

Pois bem, a globalização tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecno-ciência, que depende da técnica, que depende do mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas.
A ciência freqüentemente produz aquilo que interessa ao mercado, não à humanidade, de tal maneira que o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral.
E o que poderemos ver se fizermos uma análise mais detalhada do que se passa na própria universidade: a cada dia encontramo-la mais aplicada a servir ao mercado, enquanto os reitores se vangloriam de entregar os seus estabelecimentos ao mercado, considerando essa a solução mais correta, sem levar em conta questões éticas.

Essa globalização vai se dividir em dois impérios centrais. Um, o do dinheiro e o outro, o da informação. A união entre indústria e capital financeiro encontrou um ápice nos últimos 30 anos quando as indústrias tomaram-se, de alguma maneira, autônomas em relação aos Bancos. As recentes reformas bancárias levam em conta essa autonomia das grandes empresas em relação ao capital financeiro, de tal maneira que elas tomaram-se capazes de reinvestir, forçando os Estados e as instituições internacionais a criarem, a partir delas. Bancos. O dinheiro começa, então, a se impor como algo autônomo face ao resto da sociedade e, mesmo, da economia. Essa movimentação, autônoma do dinheiro em estado puro - porque não é dinheiro produtivo e sim o dinheiro em sua forma dinheiro - até poucos anos antes era considerada inacreditável.

Por outro lado, há a autonomia da informação, que se torna arrogante e, ao mesmo tempo, o elemento central da produção, como da geopolítica, isto é, das relações entre países. Mas também há a conformação dos espíritos. Essa informação é centralizada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, no mundo, o que a gente lê, tanto em livros como em jornais, é produzido a partir de menos de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem as novidades, apenas as rescrevem de maneira bem específica, A notícia, cada vez menos, é o espelho de um fato. Apesar de as condições técnicas da informação serem capazes de permitir que toda a humanidade saiba o que o mundo é, na realidade, acabamos por não sabê-lo porque temos essa intermediação. Essa intermediação se repete também na indústria de livros. A indústria editorial também está concentrada nas mãos de um pequeno número de empresas, que são as mesmas empresas da informação.

Sem dúvida, a imprensa é uma indústria frágil. O que ela pode fazer diante da força das agências de notícias? É evidente que ela tem de pagar por essa subordinação às leis do mercado. E desse modo que se cria o que poderíamos chamar de imperativo da fluidez no planeta. Este se torna fluido, quer dizer, a circulação toma-se mais rápida, os pontos interligados são mais numerosos, os preços das viagens e do porte das mensagens baixam. Quando o planeta se toma fluido, todos os contextos se intrometem, produzindo essa superposição de contextos, que é o contexto global, no qual as fronteiras se tomam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter aqueles limites rígidos de que falamos no início, levando ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados Nacionais.

Esse discurso que ouvimos todos os dias, de cada vez haver menos Estado, está ligado, de um lado, ao fato de que há porosidade e, de outro lado, ao fato de que os que comandam a globalização necessitam de um Estado flexível aos seus interesses para oferecer condições a uma produção devorante. As privatizações são a mostra de que o capital tomou-se extremamente guloso, quer tudo, por isso exige privatizações. Além disso, são feitas exigências para que ele se instale - que em grande parte são feitas à geografia, porque é preciso adaptá-la às necessidades das novas empresas, e quem mora em Minas Gerais sabe disso.

O Estado de Minas Gerais foi compelido a investir somas extraordinárias, preparando o território tanto para a instalação de empresas como para a construção de rodovias consideradas indispensáveis para escoar a sua produção. De tal forma o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social. Assim o Estado atual, o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social.

Ele pede aos velhos que financiem a sua velhice, tranqüilamente. É o caso do Brasil. É uma vergonha a forma como se está reformando a Previdência Social, que significa: os senhores trabalhem e, ao envelhecer de agora em diante, virem-se sozinhos. Esse é o recado que está sendo dado ao País.
A educação não é mais responsabilidade da sociedade. Que paguem as universidades, que paguem as escolas. A saúde, conquista secular, como vimos, não é mais um dever da sociedade para com o indivíduo. A sua saúde é seu negócio. Isso resulta do fato de que a política agora é feita no mercado. O Estado se retira da política. Ele expulsa os políticos da política. Ele entrega ao mercado a tarefa de fazer política. Só que esse mercado global não existe como ator, ele existe como uma ideologia, como símbolo. Os atores são as empresas globais. Elas não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Suas preocupações são individualistas por natureza.

No mundo da competitividade, como fazer de outra forma? Ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a lógica da própria empresa global sugere que a empresa funcione sem nenhum altruísmo. Se o Estado não pode ser solidário, e a empresa não pode ser altruísta, a chamada sociedade não tem quem a valha. E daí dizer-se que a idéia de nação é superada porque temos diante de nós o mundo; só que o mundo não cuida de cada um dos nossos lugares. O mercado global tampouco pode agir de maneira mais geral. Ele passa procuração às instituições supranacionais. Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial. Banco das Regulações Internacionais de Berna, que se incumbem de realizar as políticas que a empresa não pode realizar. A política, por definição, é sempre ampla. A política supõe uma visão de conjunto. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político. A política apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo.

Não há política apenas para os pobres, por exemplo, como não há política apenas para os ricos. Pode haver formas de proteção aos ricos e aos pobres. Mas a política tem de cuidar do conjunto de realidades, do conjunto de relações.
Nas condições atuais, o que estamos assistindo é a política feita pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas. Quando uma grande empresa se instala, por exemplo, numa cidade média, num Estado como Goiás - e se estivesse em Goiás, eu diria Minas - o que acontece? A grande empresa se instala e chega com suas normas. E todas elas são extremamente rígidas. Essas normas rígidas da empresa são duplicadas porque as técnicas também são normas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento. Cada técnica envolve normas, regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novos tipos de norma, incluindo às normas políticas da empresa que são suas formas de relacionamento com outras empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade. Como ela é reconhecida como salvadora do lugar (este é o discurso atual, e veremos daqui a pouco que não o é) há uma docilidade oficial e às vezes pública em relação aos comportamentos desta empresa.

Tudo isso sem contar que a sua presença muda o esquema de emprego, muda as relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, e também o orçamento público. Ele é alterado com a presença da empresa, que traz uma subversão à grande empresa, exigindo do poder público estadual e municipal que reequilibre as rubricas orçamentarias para, em primeiro lugar, servir à empresa. Então, 10 ou 20 grandes empresas que se instalam no Estado constituem um processo de desequilíbrio que fica vinculado também à possibilidade do gasto social, porque as técnicas são solidárias. Quando se impõe uma técnica, cria-se a obrigação de trazer outras, sem as quais aquela não funciona bem. E como as empresas do Século XX, vagabundas que são não no sentido moral, mas vagabundas por não poderem ficar permanentes em lugar nenhum, no sentido de serem turistas, trabalham com a arma da chantagem frente ao Governo, (chantagem que exercem para se instalarem) deste modo, o chamado poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. Na medida em que aceitamos esse nexo das grandes empresas, estamos instalando a semente da ingovernabilidade; este é um fenômeno que, no Brasil, atinge uma dimensão ainda não medida.

A translação do poder do Estado para as empresas tem conseqüências extraordinárias, já que se espera do Estado e dos municípios que façam um mínimo de política, voltando-se para o bem-estar comum. Da empresa, não: a empresa vangloria-se de dar um salário àquele que trabalha, mas ela não tem preocupações gerais. Suas preocupações são obrigatoriamente particularistas, o que tem a ver com a própria natureza do fenômeno empresarial, sobretudo no mundo da competitividade.

Na medida em que aquele instituto encarregado de cuidar do geral é enfraquecido, estamos instalando, no território, uma fragmentação; estamos instalando, no território, um abandono da noção de solidariedade; estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as pré-condições da desordem. Aliás, no Brasil, essa desordem já está instalada e é visível através do comportamento dos territórios.

Poderia estender-me um pouco mais sobre a questão da empresa. No mundo, a competitividade tomou se grande lei; todavia, antes, creio que seria bom verificar
como, a partir da expropriação da política pelas empresas elas retiram a política das mãos de quem pode fazê-la, que é o Estado, os políticos. Nós substituímos a idéia de democracia pura pela idéia de democracia de mercado. É o que acontece no Brasil: não temos democracia. O Brasil não é propriamente um país democrático; aqui existe uma democracia de mercado, a tal ponto que não são as necessidades do Homem, com "h" maiúsculo, que presidem o trabalho do aparelho do Estado, mas a preocupação com as empresas.

A visita do Presidente Clinton mostra isso. Ele veio conversar de empresas, e nosso Presidente conversa de empresas também. É evidente que esse encontro representará grandes negócios. Aliás, essa tem sido a prática atual da relação entre presidentes. Dane-se a política, pois ela deixa de ser necessária, já que é o mercado que comanda na democracia de mercado. A política vai se refugiar no meio dos pobres. Estes é que fazem política hoje, e entre eles mesmos. A classe média não o faz e os ricos também não, porque vivem a partir de regras extremamente precisas, sem as quais não podem participar. É o pobre que faz política hoje, e é a nossa sorte, aliás.

Isso leva também à mutilação das cidadanias, como é o caso da Europa. O Brasil não serve de exemplo, pois aqui nunca houve cidadania. Isso enfraquece a solidariedade e é uma espécie de volta ao mundo da natureza - o mais forte é quem manda.

A competitividade que leva a tudo isso é um imperativo ou é uma ideologia? O que é que prova que a competitividade é realmente necessária? A competitividade
leva a criar essa briga entre as grandes empresas para que uma se torne maior e mate a outra, e para que, amanhã, duas ou três se associem para matar duas ou três que se associaram do outro lado. Pergunto: para quê? Qual o objetivo dessa batalha?

Aparentemente, o objetivo é conquistar mais espaço para o grande capital, mas será que é esse o ideal da humanidade? Será que a competitividade representa a melhoria de condição de vida para os povos? Não existe prova disso.
Ao contrário, há estudos que buscam mostrar que a competitividade não traz consigo nem bem-estar, nem crescimento redistributivo.
A idéia de Estados competitivos, quando quem compete são só as empresas, parece-me também do domínio da pura ideologia. As formas ideológicas arrastam os comportamentos econômicos e, o que é muito grave, os comportamentos sociais e individuais.

O egoísmo atual, a forma como consideramos o vizinho, gravam-se a partir dessa competitividade no nível das grandes empresas. Nossa lealdade com o que é social diminui e reduzem-se, por conseguinte, a governabilidade e a solidariedade.

A idéia de competitividade está ligada a outro mito de nossa era, que é o da velocidade. A partir da ciência acoplada à técnica, admite-se que a velocidade é uma necessidade. Ora, quantas empresas são realmente velozes no mundo hoje? Respondam-me. Quantos homens são realmente velozes no mundo hoje? Somos quase 6 bilhões de pessoas, mas não haverá mais de uma dezena de milhares de homens verdadeiramente velozes. A concorrência é admissível, mas a competição é imoral. Quantos são imorais a ponto de serem competitivos, ou competitivos a ponto de serem imorais? Poucos. A quase totalidade da humanidade pode viver à parte da noção de competitividade e à parte da noção de velocidade. Ademais, a velocidade é apontada como filha da técnica e da ciência, mas ela é um fenômeno político. A velocidade não é fenômeno técnico, mas determinada pelas relações sociais, dentro de uma sociedade, dentro de um País e dentro do mundo. Por que não admitir um mundo menos veloz e menos competitivo?
Teríamos que sair do domínio do ideológico, porque a necessidade da velocidade e da competitividade é ideológica.
Teríamos que abandonar a lei ideológica, porque ela se presta a justificar a forma atual de globalização. A competitividade e a velocidade reduzem a possibilidade da política. A velocidade sempre foi criadora de mais desigualdade. Olhem a história da humanidade. A velocidade é condição de desigualdade. Tomamo-nos muito mais desiguais quando chegou o automóvel, e ainda muito mais com o avião. Glorificamos a velocidade, porque ela realiza o velho sonho da humanidade de se tomar volátil. Se nos detivermos a pensar sobre a questão, vamos ver que ela faz parte do domínio da ideologia.

A competitividade é um fator de desordem orçamentaria, econômica, social, territorial e política. É na relação com o território que verificamos exatamente como a competitividade é um fator de desagregação e de ingovernabilidade. Gosto de trazer nessas ocasiões uma idéia de um grande geógrafo, chamado Jan Gottmann. Com isso, vou terminar minha conversa. Ele dizia que o território pode ser abrigo e pode ser recurso. No começo da história, o território era os dois, para todos... Ele era abrigo e era recurso. As pessoas tiravam dele a sua sobrevivência e eram também protegidas por ele. A história da humanidade é a história da dissociação dessas duas condições, que agora chegou ao ápice com a produção das chamadas redes.

As redes são formadas de pontos bem tratados, bem equipados no território, facilitando a vida das grandes empresas globais. Essas grandes empresas instalam-se nesses pontos. Isso pode ser visto facilmente, bastando olhar para o mapa de qualquer país, de qualquer continente. Elas tratam o território apenas como recurso, mas são muito pouco numerosas. No caso do Brasil, esse percentual é ínfimo. A maioria esmagadora, a quase totalidade das empresas têm o território como abrigo. Quanto às pessoas, o percentual é parecido. Todavia, o território como abrigo, como aquele que abriga a solidariedade, não é cuidado pelo poder público, pelo poder do Estado, de tal forma que essa disjunção é causa de desordem. Ela vai conduzir a algo novo que já está se delineando. Esse algo novo se manifesta porque há uma disputa das instituições segundo níveis de governo: os Estados e municípios, os Estados e a Federação. Os municípios da Federação não podem se entender nas condições atuais. Há uma disputa entre as empresas, porque território e mercado são sinônimos. Então, as empresas brigam entre si pelo mercado. Se brigam pelo mercado, estão brigando pelo território. Há uma disputa, entre o Estado e as empresas, pelo território. As empresas, pela sua ação, mudam o território. O Estado, em certos casos, tenta tomar óbvia essa evolução. Às vezes, consegue fazê-lo, e outras vezes, não.

Imagino que essa ingovernabilidade do território a que estamos assistindo perdurará, caso não aceitemos lutar pela cidadania, caso nos recusemos a combater pela cidadania, apenas para não nos chatearmos. Um grande jurista americano escreveu que o homem deste fim de século prefere a incolumidade à liberdade. Quer dizer, esse homem quer ficar tranqüilo, protegido em sua casa, por seu exército privado. Ele não quer reduzir a pobreza, não quer lutar para ampliar o emprego... Tanto é assim que, no Brasil, até hoje, pelo que eu saiba, ninguém propôs nada quanto a empregos. Isso não é de responsabilidade apenas do Governo, mas de todo o resto da população. E essa preocupação não existe a não ser esporadicamente.
Então, temos de repensar essa idéia do fim do trabalho, essa idéia de que o trabalho vai acabar, porque entramos na era da informação. Acho que há toda uma preparação ideológica que acaba por amortecer os ímpetos cidadãos, e, com isso, vai tudo junto... Quer dizer, amortece-se o ímpeto cidadão, o Estado decide se retirar do social e as empresas passam a governar o território. E, ao invés de discutirmos sobre isso, ficamos discutindo o déficit público, a balança e não sei mais o quê. Ora, o que vai mudar, para a maior parte da população brasileira, se eu aumentar o déficit público ou se a balança deixar de ser como é?